

## Debate Público

### Partidos políticos discutem Estratégias para a Sociedade da Informação

## Info-exclusão, *software* livre e segurança da informação entre os temas que dominaram debate promovido pela APDSI

Lisboa, 27 de Março de 2007 – A info-exclusão, o *software* livre, a criação de uma estrutura transversal para gerir as políticas para a Sociedade da Informação e as vantagens de criar um número único para o Cartão de Cidadão centraram a discussão no quarto debate com os partidos políticos, promovido pela APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, ontem, dia 26 de Março, na Assembleia da República.

Subordinado ao tema Estratégias para a Sociedade da Informação, a iniciativa colocou em confronto diferentes perspectivas relativamente às linhas políticas que devem orientar a agenda governamental nesta matéria.

Jorge Seguro Sanches, deputado do Partido Socialista, deu o pontapé de saída para a discussão considerando que o “Estado pode ser um actor muito importante da mudança” e elencando algumas das mais emblemáticas medidas já concretizadas pelo Governo, como sejam a cobertura em banda larga de 100% das escolas, a triplicação do número de agregados com banda larga ou a ligação à tecnologia de mais de três quartos dos serviços do Estado. Enumerou ainda um conjunto de medidas que permitiram o lançamento de serviços públicos digitais para empresas e cidadãos, conduzindo ao primeiro grande tema da tarde: a necessidade de articulação destas medidas por uma estrutura transversal.

A proposta foi do deputado do Partido Social Democrata, Luís Campos Ferreira, que considerou essencial a existência de uma secretaria de Estado ou de um ministério que, na dependência directa do Primeiro Ministro, tivesse como missão alinhar políticas.

O mesmo deputado sublinhou a necessidade de criar um sistema de recursos humanos com capacidade para dar resposta “às novas formas de participação que se abrem ao cidadão”.

“Sem um *backoffice* de recursos humanos dedicados a estas tecnologias não será possível extrair todos os benefícios”, completou Luís Campos Ferreira, referindo-se à necessidade de existirem pessoas com competências específicas para operar os novos serviços digitais.

A criação de condições para que os cidadãos possam aceder aos novos serviços digitais foi outra das preocupações centrais do debate. Este tema da info-exclusão foi abordado num primeiro momento por Rui Abreu, representante do partido ecologista os Verdes, quando considerava “a Sociedade da Informação um potenciador de tudo”, e referido por diversas vezes durante a discussão.

Carlos Patrão, do Bloco de Esquerda, mostrou preocupação com a concretização da promessa do governo para a generalização do acesso à Internet. A assistência juntou a esta reflexão o facto de existir em Portugal uma taxa de info-excluídos de 67 por cento, com tendência a estabilizar, alertando para o claro risco de, a prazo, existir uma oferta de serviços digitais claramente superior à procura.

### **Software livre agita discussão**

À semelhança do que já tinha acontecido em edições anteriores do debate, o *software* livre dividiu os participantes, com os partidos mais à esquerda – Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português - a defenderem uma maior aposta da Administração Pública neste tipo de produtos. Carlos Patrão e Miguel Tiago, que representaram respectivamente o BE e a PCP, consideraram que uma maior aposta nesta área poderia levar o Estado a poupanças significativas e à libertação de verbas para outras áreas.

“Estamos perante um instrumento [Sociedade da Informação] que a sociedade, no seu todo, só tem a ganhar se potenciar a sua utilização”, considerou Miguel Tiago, que se mostra solidário com o Governo nos princípios, mas discordante na concretização. Uma das áreas onde o deputado acredita ser possível fazer mais é precisamente ao nível do *software* livre.

De acordo com números citados no encontro, fornecidos ao PCP pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Estado gasta 215 milhões de euros em informática, dos quais 68 milhões dizem directamente respeito a gastos com *hardware* e manutenção de *software* proprietário. Números também oficiais indicam que nove por cento do *software* utilizado na Administração Pública é de código aberto, um valor que na opinião dos partidos mais à esquerda deveria aumentar.

“Na Administração Pública é que deveríamos ter liderança tecnológica, implementando *software* livre e usando as poupanças que daí resultassem em áreas críticas”, defendeu Carlos Patrão.

PSD e PS estiveram de acordo ao considerar que é importante deixar funcionar o mercado e dar liberdade de escolha aos responsáveis pelas várias áreas da Administração Pública na decisão sobre os produtos de *software* que melhor respondam às suas necessidades. Jorge Seguro Sanches, do PS, lembrou a propósito que existem

várias áreas do Estado onde esta opção já foi feita, como o Ministério da Justiça, por exemplo.

Audiência e parlamentares esgotaram a discussão neste campo com a apresentação de mais alguns argumentos que contrapuseram a ausência de custos de licenciamento de *software* livre aos custos implícitos durante o período de vida da solução, o que na opinião dos adeptos do *software* proprietário pode ser significativamente mais elevado.

Os custos para o Estado de um *upgrade* para a nova versão do sistema operativo da Microsoft, o Windows Vista, e o não reconhecimento do *software* livre em determinadas áreas, foram também alvo de comentários. No que se refere a este último ponto foi colocado à discussão a não inclusão nos programas de formação profissional em TIC das tecnologias de código aberto, as limitações no acesso às candidaturas a programa de estágios profissionais (como o Inov-Jovem) ou à central de compras do Estado a partir de um PC não equipado com Windows, partilhou o presidente da Associação Nacional para o Software Livre, João Miguel Neves, presente no encontro.

A Microsoft voltou a estar envolvida na discussão em consequência do acordo assinado entre o Estado português e o presidente da empresa, Bill Gates, para a formação TIC quando BE e PCP consideraram que não é positivo entregar esta tarefa a uma única empresa.

### **Número único de identificação e mais vigilância**

O Cartão de Cidadão e a segurança dos dados e das informações no mundo digital foram os temas que acabaram por monopolizar o resto do debate. As preocupações ao nível da segurança e da privacidade motivaram o início da discussão sobre o tema e os presentes acabaram por reflectir sobre as vantagens de introduzir alterações ao artigo 35.º da Constituição, abrindo caminho à utilização de um único número de identificação do cidadão que pudesse ser utilizado em vários serviços.

Sem acordo entre os participantes, o debate sobre este tema circulou entre as vantagens de manter uma aparente separação da informação, com a manutenção no Cartão de Cidadão dos quatro números que por agora representam os serviços do Estado ali concentrados, e a opção por um número único complementada por uma aposta forte em sistemas de auditoria e vigilância que garantissem a privacidade do cidadão.

O debate encerrou como começou com os partidos a admitirem alguma convergência de princípios em matéria de Sociedade da Informação e a partilharem preocupações comuns ao nível da info-exclusão, dos preços da banda larga ou do anonimato que a Internet, em muitas situações (como a pedofilia, por exemplo), não pode continuar a garantir. As divergências estão na forma como as medidas são implementadas, mas com



as várias cores políticas a reconhecerem a importância do tema e a mostrarem vontade de discutir ideias.

A propósito de uma das preocupações comuns aos vários partidos, os preços da banda larga, o deputado socialista, Jorge Seguro Sanches recordou que o seu grupo parlamentar está a organizar uma audição pública sobre o tema, que reunirá operadores de telecomunicações e consumidores.

Embora ainda sem data definida, a medida deverá avançar a breve prazo. Na mesma área o grupo parlamentar do PS prepara uma proposta de portabilidade do endereço de correio electrónico, para os utilizadores que mudem de fornecedor de serviço. Esta medida pretende dar resposta à crescente utilização do correio electrónico.

### **Sobre a APDSI**

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.

Para mais informações contacte:

### **APDSI**

#### **Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação**

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI  
Campus da Caparica, Monte de Caparica  
2829-516 Caparica - Portugal  
Tel.: +351 212 949 606  
Fax: +351 212 949 607  
E-mail: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)  
URL: <http://www.apdsi.pt>